

Fontanários: a ameaça escondida

Estudos do Instituto Nacional de Saúde e da DECO dão conta de um panorama de risco nos fontanários públicos nacionais. A contaminação bacteriológica é frequente, traduzida em possíveis contaminações gastrointestinais para quem beba água dessas origens. Perante a ameaça, as câmaras municipais têm três soluções: colocar avisos, fechar ou reconverter os fontanários para a rede de água pública.

Muitos são até património histórico de Portugal, mas o facto é que cada vez mais os fontanários públicos são olhados com desconfiança pelos especialistas. O tempo de ir buscar água à fonte já passou, e as análises pontuais que são feitas dão conta de um cenário de contaminações bacteriológicas frequentes. O problema principal reside, no entanto, na falta de um estudo nacional que caracterize os fontanários portugueses.

«De que tenha conhecimento, não há um estudo científico de âmbito nacional sobre a qualidade das águas dos fontanários», explica Helena Rebelo, coordenadora do departamento de saúde ambiental do Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge (INSA). A investigadora admite que haja análises pontuais, promovidas especialmente pelas próprias câmaras municipais. Mas este tipo de análises não permite a extrapolação para a realidade nacional, embora possa dar algumas pistas.

A verdade é que, até à data, ninguém sabe bem quantos fontanários públicos existem em Portugal e qual a taxa de contaminações destas nascentes. O próprio INSA reconhece a importância do tema para a saúde pública, mas a contenção orçamental obriga a cautelas. «Seria interessante, mas há a questão dos financiamentos e uma investigação a este nível custa dinheiro. De facto, não temos condições para avançar para uma amostragem nacional», confidencia Helena Rebelo.

Não obstante, o instituto levou a cabo uma análise aos fontanários do município de Sintra, o que permite traçar algumas tendências. A coordenadora tem a «percepção» de que os resultados obtidos nas amostras de Sintra, recolhidas entre 2006 e 2007, poderão ser alargados ao resto do País. «As fontes de poluição têm

vindo a crescer pelo País e pelo mundo. As águas subterrâneas, embora possam estar protegidas, não são resistentes a muitas das descargas poluentes», justifica.

Mas quais foram, afinal, os resultados da amostragem em Sintra? A análise a 41 fontanários do concelho permitiu descobrir que a água de 39 destas infra-estruturas continua risco potencial para a saúde pública, sobretudo a um nível de contaminação bacteriológica. O estudo teve a colaboração da autoridade local de saúde do concelho, que foi a entidade responsável pelo levantamento dos fontanários existentes no concelho.

O risco existente, invisível e muitas vezes indetectável, causa, sobretudo, perturbações do foro gastrointestinal. «Em todos estes 39 fontanários foram encontrados indicadores de contaminação fecal, com maior ou menor intensidade», explica Helena Rebelo. As análises foram realizadas com uma periodicidade mensal, durante um ano, para que todo o ciclo hidrológico fosse analisado.

A força da tradição

Se entre os peritos a convicção é a de que são necessários cuidados com as águas dos fontanários públicos, nas populações a história é outra. A própria investigadora reconhece que a tradição de ir à fonte criou hábitos enraizados, que podem não ser demovidos com uma simples placa. «Sabemos que há pessoas suficientemente teimosas para continuar a beber», apesar do aviso dos riscos para a saúde pública. Por isso, recomenda que seja consumida a água da torneira, de qualidade comprovada.

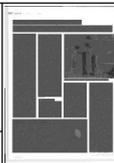
A autarquia de Sintra optou por dar sequência à investigação do INSA

com a colocação de avisos junto dos fontanários. Se, mesmo assim, o consumo da água dos fontanários continuar, «será uma questão de responsabilidade individual», afirma Helena Rebelo.

A colocação de avisos é a opção mais comum quando é confirmada a contaminação de águas em locais públicos. Isto porque a descontaminação das nascentes é um processo mais moroso, havendo um período de vários anos até que os aquíferos sejam recuperados. A outra opção é fechar, simplesmente, os fontanários, encaminhando a água para a rede de águas pluviais. «Isso poderá ser feito, mas acho que tira alguma beleza que estes fontanários têm. Sobretudo em Sintra, onde há fontanários históricos», avalia a investigadora. Mas também é possível reconverter os fontanários para que sejam abastecidos com água da rede pública, o que representa um maior investimento.

A idade destas infra-estruturas é outro dos problemas para a qualidade da água. A contaminação pode ser oriunda de pontos de contaminação na nascente, mas também da degradação da própria estrutura dos fontanários, afirma a especialista. Qualquer que seja a razão, a contaminação cada vez maior tem outros efeitos. A degradação da qualidade da água dos fontanários públicos é, aliás, um dos motivos para o consumo cada vez maior de água engarrafada. A portabilidade destas embalagens é um dos grandes trunfos das empresas do sector.

A responsabilidade do bom estado dos fontanários é, sobretudo, das autarquias. «Por norma, a maioria dos fontanários são propriedades camarárias, mas aqueles que se situam à beira de estrada podem pertencer à Junta Autónoma de Estradas», confirma Helena Rebelo.



Pelo lado positivo, a Águas do Porto tem procurado a qualidade da água dos fontanários públicos como parte da sua estratégia de gestão integrada. Para assegurar o bom estado das águas para consumo humano, a entidade recolhe amostras em fontes e fontanários sob sua responsabilidade.

Embora não seja possível discriminar no relatório de actividade da Águas do Porto os resultados obtidos da avaliação global da qualidade da água – que engloba, ainda, as análises em adutoras, fins de rede e condutas de ligação –, sabe-se que, no total, foram recolhidas 2998 amostras durante o ano passado, para a totalidade da rede pública.

Falta de alternativas dita controlo obrigatório

Segundo informação da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), apenas a falta de alternativas aos fontanários públicos dita uma análise obrigatória da qualidade de água, segundo o Decreto-Lei n.º 206/2007, de 27 de Agos-

to. «Nas situações em que não são origem única, ou seja, os cidadãos têm acesso à água da rede de distribuição, o controlo não é obrigatório, devendo os fontanários ostentar placas informativas de “água não controlada”», explica fonte da ERSAR, que realça que a população não deve ignorar estes avisos e recorrer à água da torneira, «devidamente controlada e com qualidade».

Nos outros casos – minoritários –, em que os fontanários são a única alternativa para o consumo de água de uma população, outras exigências são aplicadas, equiparadas ao controlo existente para a água da rede pública. «[Existem] as mesmas obrigações de tratamento e correcção dos problemas detectados, garantido-se, deste modo, que a população tem acesso a uma água com níveis de qualidade aceitáveis em termos de protecção da saúde humana», sublinha a entidade reguladora. No entanto, torna-se difícil perceber qual a real qualidade da água destes fontanários, que são abastecimento único para as populações.

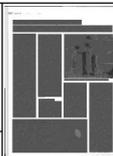
Uma vez que as regras são idênticas, nestes casos, para os fontanários públicos e para a água abastecida, a análise do Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos não discrimina os resultados das análises por fonte de abastecimento. Ou seja, apenas poderá ser encontrada informação detalhada sobre cada zona de abastecimento, mas não sobre a sua origem.

Não obstante, a ERSAR sublinha que «existem já diversos exemplos no País de investimentos que têm sido feitos por entidades gestoras», de forma a melhorar a qualidade da água de fontanários em populações sem água canalizada. A principal alternativa tecnológica passa por sistemas de desinfecção por ultravioleta que, segundo a entidade reguladora, garantem o acesso a «uma água devidamente controlada e de qualidade, quando ainda não lhes chegou a casa a rede pública de distribuição».

Marisa Figueiredo



A responsabilidade do bom estado dos fontanários é sobretudo das autarquias



Não há um estudo científico de âmbito nacional sobre a qualidade das águas dos fontanários

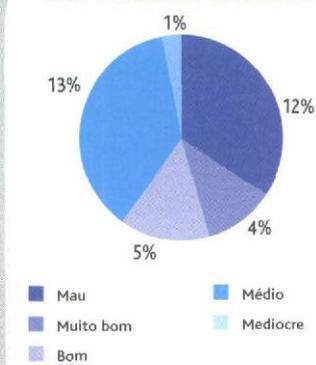
DECO também deixa avisos

Num estudo publicado este ano, a DECO – Associação de Defesa do Consumidor também lança avisos para uma realidade preocupante. Em 35 fontanários analisados, 12 fornecem água imprópria para consumo. As amostras foram recolhidas de Norte a Sul do País, entre Abril e Maio de 2011. Bactérias, coliformes fecais, pesticidas e metais pesados foram alguns dos parâmetros detectados, que levaram a que a água de um em cada três fontanários fosse considerada imprópria para consumo. A DECO avaliou ainda as condições de

higiene de cada infra-estrutura e da área envolvente, assim como placas informativas sobre o controlo e a potabilidade da água. Face aos resultados, a entidade urge à ligação dos fontanários de água imprópria à rede pública de abastecimento, com a incorporação de torneiras com temporizador.

A Associação de Defesa do Consumidor adianta ainda que «o fecho do fontanário é a solução limite, acto que pode ser impopular, mas mais seguro do que o simples aviso de “água não controlada”».

1 EM CADA 3 FONTES COM ÁGUA IMPRÓPRIA



Fonte: DECO